



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JOSÉ FLÁVIO FERNANDES DOS SANTOS

**OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA**

**JOÃO PESSOA/PB
2017**

JOSÉ FLÁVIO FERNANDES DOS SANTOS

**OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentada
à Universidade Federal da Paraíba como
Trabalho de Conclusão do curso de
graduação em Pedagogia

Orientadora a Prof.^a Dr^a. Marlene Helena de
O. França

**JOÃO PESSOA/PB
2017**

S237e Santos, José Flávio Fernandes dos.

Os estágios supervisionados em educação especial: relatos de uma experiência / José Flávio Fernandes dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2017.

44f. : il.

Orientadora: Marlene Helena de O. França
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Inclusão. 2. Deficiência. 3. Estágio. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

JOSÉ FLÁVIO FERNANDES DOD SANTOS

UM OLHAR SOBRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado a Universidade Federal da
Paraíba, como parte das exigências para
a obtenção do título de Pedagogo.

João Pessoa, 04 de 11 2017

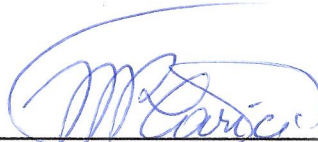
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Marlene Helena de O. França



Prof.ª Esp. Isolda Ayres Viana Ramos



Prof.ª Dr.ª Marcia Rique Carício

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e forças para superar todas as dificuldades.

A meus pais por todo apoio e incentivo nos momentos mais difíceis.

A Universidade Federal da Paraíba e todo seu corpo docente, sua administração e coordenação.

A minha orientadora a Professora Dr^a. Marlene Helena de O. França pelo suporte necessário na construção do TCC.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos os meus familiares, amigos e colegas de curso.

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças”. Andrea Ramal

RESUMO

Esse trabalho é fruto das experiências/vivências do Estágio Supervisionado em Educação Especial, que suscitou a indagação como as práticas pedagógicas contribuem no processo Educacional na Educação Especial? Assim, elegemos como objetivo compreender como as práticas pedagógicas contribuem no processo Educacional da Educação Especial. Com essa finalidade, organizou-se o trabalho de modo a contribuir com as reflexões sobre a contribuição do estágio supervisionado para a formação dos profissionais que atuam na modalidade da Educação Especial, de forma a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, partimos das matrizes teóricas de MENDES (2006), Freire (2004), VYGOTSK (1999), GONSALVES (2003), ALENCAR (2010). Metodologicamente, a pesquisa subscreve-se como qualitativa, utilizando a pesquisa-ação como estratégia, para a coleta de dados, para Gonsalves (2003) trata-se de uma pesquisa que utiliza-se da participação dos sujeitos investigados no processo de geração do conhecimento, o que é considerado como processo formativo. Partimos da realidade do educando, utilizando de meios criativos, com o intuito de oferecer condições de aprendizagem, utilizando o estágio supervisionado como oportunidade ímpar de unir a teoria com a prática, considerando a individualidade de cada aluno e sua deficiência, voltado na perspectiva inclusiva. Como resultados parciais da pesquisa, pode-se relatar que as práticas pedagógicas contribuem diretamente no processo educacional na Educação Especial, mudando comportamentos e ampliando o vocabulário dos alunos.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Estágio.

ABSTRACT

This work is the result of the experiences of the Supervised Internship in Special Education, which raised the question as to how the pedagogical practices contribute in the Educational process in Special Education? Thus, we aim to understand how pedagogical practices contribute to the Educational Process of Special Education. To this end, the work was organized in order to contribute with the reflections on the contribution of the supervised internship to the training of the professionals who work in the modality of Special Education, in order to contribute with the teaching-learning process. For this, we start from the theoretical matrices of MENDES (2006), Freire (2004), VYGOTSK (1999), GONSALVES (2003), ALENCAR (2010). Methodologically, research subscribes as qualitative, using action research as a strategy for data collection, for Gonsalves (2003) it is a research that uses the participation of the subjects investigated in the process of knowledge generation, which is considered as a formative process. We start from the reality of the learner, using creative means, with the purpose of offering learning conditions, using the supervised internship as an Odd opportunity to unite theory and practice, considering the individuality of each student and his / her disability, focused on the inclusive perspective. As partial results of the research, it can be reported that pedagogical practices contribute directly to the educational process in Special Education, changing behaviors and expanding students' vocabulary.

Keywords: Inclusion. Deficiency. Internship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2 DA EDUCAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O TEMA.....	10
2.1 DIRETRIZES LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
2.2 O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	17
3 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE ESTÁGIO.....	20
3.1 INSTITUTO PESTALOZZI	20
3.2 INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAIBA	24
3.3 ESCOLA ESTADUAL DAVID TRINDADE.....	27
3.4 AMIGOS DO AUTISTA DA PARAIBA (AMA/PB).....	30
4 VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	34
4.1 O DESAFIO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	35
4.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO FOCO PRINCIPAL DE VIVÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	37
4.3 ANÁLISE REFLEXIVA DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXO.....	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB intitulada “Um olhar sobre os Estágios Supervisionados em Educação Especial”, tendo como objetivo geral compreender como as práticas pedagógicas contribuem no processo Educacional na Educação Especial. Inspirada nos estágios supervisionados, tendo como local de pesquisa as Instituições: Associação de pais e amigos do autista – AMA/PB Pestalozzi, Instituto dos cegos e Escola Estadual David Trindade. Partimos da indagação: como as praticas pedagógicas contribuem no processo Educacional na Educação Especial?

Para responder a indagação, é preciso em primeiro lugar, estar disposto a encarar desafios, deixar o comodismo de lado, sair da zona de conforto, arregaçar as mangas e partir para cima. Flexibilizando as formas de trabalhar o currículo, otimizando, ou melhor, direcionando o foco para a aprendizagem significativa, ou seja, ensinar aquilo que faz parte do cotidiano do educando, com o devido cuidado para não cometer o erro da segregação do ensino.

A inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais surgiu de forma mais focalizada nos Estados Unidos, e tem como base, oportunizar diferentes senários para promover a aprendizagem, de forma que os espaços e os modelos de ensino se adaptem ao educando, diferente da política de integração, que resulta em uma estrutura educacional fragmentada e inacessível a todos, tornando o ambiente escolar segregante MENDES (2006).

Para direcionar o processo de inclusão algumas medidas foram levantadas, como por exemplo, o apoio pedagógico e estrutural em ambientes diferenciados, surgindo então à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). (MEC, 2009).

O trabalho escolheu o paradigma qualitativo de pesquisa, utilizando a pesquisa-ação como estratégia de coleta de dados, respaldando-se em Gonsalves (2003). A coleta ocorreu a partir da aplicação de atividades durante o estágio supervisionado em educação especial no período letivo de 2016.1

Todo o processo de aprendizagem não surte efeito se o educando não estiver interessado no que está sendo ensinado. Para fraseando com as palavras de Paulo

FREIRE, (2007) “é preciso que o educador desenvolva no aluno a vontade de aprender”. Com isso, está dado o primeiro passo no processo de aprendizagem.

Há uma necessidade extrema da formação do professor, desde seus conhecimentos prévios tanto das diretrizes que dão suporte não somente na Educação Regular, como na Educação Especial. É de grande importância para o professor, entender como se colocar em determinadas situações para ampliar suas possibilidades em lidar com o processo de construção do conhecimento, em virtude de uma perspectiva Inclusiva.

Tendo em vista o objetivo proposto, este trabalho foi estruturado da seguinte maneira: No primeiro capítulo, aborda-se aspectos da Educação à Educação Inclusiva, das Diretrizes Legais e pedagógicas da Educação Especial, em seguida o papel da política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva.

No primeiro capítulo, discutimos o processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência, na perspectiva da inclusão. No segundo capítulo, trazemos as vivências do Estágio Supervisionado em Educação Especial, as experiências com música e artes plásticas, em seguida a caracterização dos locais de estágio das Instituições, Ama, Pestalozzi, Instituto dos cegos e Escola Estadual David Trindade. E no terceiro, Educação inclusiva como foco principal de vivências no estágio supervisionado, trazendo a ideia de inclusão e seu papel social. Análise reflexiva das atividades de estágio em educação especial. Por fim, são expostas as considerações finais a respeito dos achados da pesquisa, seguidas das referências.

2 DA EDUCAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

O conceito de educação especial vem passando por diversas mudanças ao longo da história da educação brasileira, assim como a legislação no contexto educacional. Tais mudanças refletem diferentes pareceres sobre a pessoa com deficiência e suas possíveis possibilidades de aprendizagem.

A educação Especial no Brasil teve início no século XIX. Inspirados por experiências norte-americanas e europeias, brasileiros que se dispuseram a organizar e realizar ações particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, com intuito de proporcionar uma melhor assistência a essas pessoas. MENDES (2006)

Até então nos Estados Unidos tinham criado um sistema educacional paralelo para as pessoas com deficiência, buscando benefícios e oportunidades para se enquadrarem a ambientes de aprendizagem desafiadores. (MENDES, 2006)

Essas iniciativas ainda não haviam passado pelo processo de adaptação às políticas públicas de educação, passando aproximadamente mais de um século, para que se tornasse um dos componentes do sistema educacional. Apenas no início dos anos 60 a modalidade de ensino foi determinada oficialmente, com a designação de “educação dos excepcionais”.

A história da educação de pessoas com deficiência divide-se resumidamente em três grandes períodos, na idade antiga as crianças nascidas fora dos padrões eram eliminadas, o corpo deveria ser perfeito para as guerras ou para a arte, os nobres e os plebeus sacrificavam as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência. Na idade média, os sérios problemas físicos e mentais eram vistos como ira divina e taxados como “castigo de Deus.” Na idade contemporânea passa a ser vivenciado o modelo médico patológico, trazendo como influencia o pesquisador Philippe Pinel que considerou as doenças mentais como derivadas de tensões sociais e psicológicas exageradas, causas hereditárias ou acidentes físicos, abandonando a credence de possessão demoníaca. (MENDES, 2006)

Na década de 20 caracteriza-se como um momento histórico e bastante rico na materialização da legislação, de políticas públicas e concepções educacionais orientadas pelo surgimento da inclusão, criando uma possibilidade realística de combate ao descumprimento dos direitos da pessoa com deficiência de acesso à

educação formal, inserção nas atividades escolares e adquirindo conhecimentos relevantes (FERREIRA, 2007).

O direito das pessoas com deficiência é reconhecido pela primeira vez na Constituição Brasileira datada de 1824, e reafirmada nas Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946. Ao longo dos anos, ficaram à margem do sistema educacional as mulheres, os pobres, os negros e as pessoas com deficiência. Durante esse período buscava-se combater a segregação de alguns grupos específicos, porém as ações eram muito pontuais e não representavam grandes mudanças sociais, (BARBOSA, 2006). Assim, a educação tinha um fim específico: retirar as pessoas com deficiência do convívio social seja família, escola, igreja (SANTIAGO 2013).

De acordo com Monteiro (2002), a escola destinada à crianças e adolescente com deficiência constituía espaços segregados e a educação desenvolvia-se em um regime residencial, conseqüentemente, o aluno era afastado da família e da comunidade.

Para Godoy (2002), até a década de 70 a “educação” das pessoas com deficiência esteve fundamentada na vertente médico patológica pedagógica, onde essas pessoas eram tratadas como “doentes e incapazes”. O modelo utilizado pelo médico nesse período, entende o aluno com deficiência como uma pessoa que tem problemas físicos e necessitam ser curados, e a abordagem se compromete com a normalização desse aluno. Ou melhor, na época o aluno com deficiência era quem precisava ser transformado e não a escola.

O discurso da inclusão só vai surgir na Declaração de Salamanca de 1994, documento resultante de um encontro de alguns países na cidade de Salamanca, na Espanha (LAPLANE, 2004). Esta declaração esclarece que a escola deve oferecer os serviços adequados para atender à diversidade da população. Nesse sentido, não são os indivíduos que precisam se adaptar a escola, mas o contrário: a escola precisa se preparar estruturalmente e metodologicamente para receber todos os alunos.

Outra grande contribuição da Declaração de Salamanca diz respeito ao surgimento do termo Necessidades Educativas Especiais (NEEs). Eis um grande salto, visto que, há o reconhecimento de que os indivíduos por serem distintos possuem necessidades diferentes. Há dois tipos de NEEs: temporárias, em que há solução e tempo para acabar; e permanente, em que o indivíduo terá que conviver ao longo da vida. São exemplos de necessidades educativas especiais temporárias,

um estado emocional, como, dor de cabeça, preocupação com algo, enfim, coisas que podem influenciar negativamente o processo de aprendizagem. Já nas permanentes, um grande exemplo são as deficiências ou dificuldades de (não) aprendizagem, nesses casos, os sujeitos precisarão que o meio e as pessoas preparem-se para acolhê-los em suas particularidades (SALAMANCA, 1994).

As escolas públicas tem dificuldades para receber e trabalhar com a diferença, culpabilizando o aluno e muitas vezes rotulando-o. O discurso educacional da história tem se caracterizado por difundir ideologias que camuflam e mistificam a realidade. Há uma grande distância entre o que está posto na legislação que rege a educação, a LDB, e o que de fato acontece na prática. Vejamos o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art.59-Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I-currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específico para atender as suas necessidades.

II-terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Dentre os teóricos que nos ajudam a discutir a cerca do conceito de inclusão, está Vygotsky. Segundo ele, todo sujeito com deficiência não é menos desenvolvido que os demais, é portanto, alguém que se desenvolve qualitativamente diferente apud, (MILANEZ, OLIVEIRA E MISQUIATTI, 2013). Nessa direção a sociedade, a escola e seus profissionais precisam enxergar o ser humano constituído de potencialidades, habilidades e capaz de aprender e viver em sociedade. As deficiências e as diferenças não podem ser vistas como obstáculos e justificativa para discursos que inserem, integram mas estão longe de verdadeiramente incluir.

Nesse sentido, um dos maiores desafios da educação hoje é promover a inclusão de todos, no âmbito escolar e pedagógico, a mais importante contribuição é de que todo indivíduo tem potencial para aprender em todas as idades. Cada um possui ritmo, tempo e necessidades educativas especiais diferentes, logo, cabe ao professor considerar as particularidades de cada um e a partir delas, pensar e desenvolver métodos que sejam eficazes para a aprendizagem dos sujeitos.

A inclusão escolar não é um processo que irá acontecer simplificadaamente, ela deve ser encarada como desafio, pois poucas escolas estão preparadas para receber alunos com deficiência, seja pela qualificação inadequada dos professores, pela má administração da escola, ou pelo simples fator estrutural, nesse caso sua precariedade. É fundamental trabalhar com a inclusão, porém, muitas barreiras precisam ser superadas, desde a questão da avaliação até as políticas e práticas pedagógicas adequadas para esse público em especial.

É primordial que o educador aprofunde os seus conhecimentos acerca do desenvolvimento humano e suas principais relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta as particularidades de cada indivíduo.

O investimento em tecnologia é um aspecto extremamente importante, porém, depende também da ação do Poder Público, com incentivo, criação de Leis específica e monitoramento. Essa visão da importância da tecnologia esta elencada no mundo globalizado, e nos dias de hoje, não podemos dar seguimento em áreas tão complexas como a inclusão, sem o seu devido apoio, seja ela na capacitação do professor, e inovação de metodologias.

É necessário ao educador ter uma noção geral de como os sujeitos costumam-se comportar no contexto escolar, a fim de estimular as competências e habilidades necessárias e com isso, promover a aprendizagem. Esse conhecimento é permitido pelos estudos científicos da Neuroaprendizagem, aprendizagem baseada no cérebro. Por meio desta ciência, os educadores encontrarão subsídios para compreender as estruturas cognitivas que permitem o aprender, efetivando os processos de ensino-aprendizagem.

De acordo com a conjuntura política atual, uma nova tendência educacional surgiu nas últimas décadas, promovendo assim um ensino menos autoritário, compulsório e unilateral do que o tradicional. Surgiu também, o avanço tecnológico, trazendo uma mudança nos fatores que determinam a estrutura de custo. Os níveis de educação estão associados ao nível de renda da população, afetando assim quem tem renda inferior. Por isso para melhorar o sistema educacional é preciso melhorar os recursos materiais e humanos.

2.1 DIRETRIZES LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Ministério da Educação (MEC) tem a importante missão de gerir a educação em geral, dentre esses aspectos a Educação Especial, desenvolver todas as áreas da educação no Brasil, envolvendo nesse caso o ensino fundamental e o ensino médio, a educação de jovens e adultos a educação superior e também, a responsabilidade de organizar o ensino a distância e ensinos profissionalizantes.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino nas turmas do ensino regular (MEC, 2010).

Essa modalidade de ensino apresenta uma perspectiva inclusiva, buscando atender aspectos referentes à inclusão escolar dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento, Altas Habilidades/ Superdotação, público alvo da educação especial, através do acesso e permanência destes nas salas de aula do ensino regular, visando sua aprendizagem e o desenvolvimento da autonomia.

De acordo com a resolução CNE/CBE n.04/2009, o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), são respectivamente:

I – Estudantes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

II – Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nesta definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, como intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. AEE Atendimento Educacional Especializado (2008)

O atendimento educacional especializado tem como objetivo identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine

barreiras que dificultam a plena participação do aluno nas atividades escolares. As atividades realizadas nesses atendimentos diferenciam daquelas realizadas na sala de aula regular e não tem a finalidade de substituí-las.

É necessário ressaltar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988) em seu art. 205 garante que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) o Estado brasileiro tem o dever de garantir as necessidades da pessoa em desenvolvimento (de até 18 anos de idade), velando pelo seu direito a vida, saúde, educação, convivência, lazer, liberdade, profissionalização e outros (art.4º do ECA), com o objetivo de garantir o “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (art. 3º do ECA).

O Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências, no Art. 11.

§ 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Lei nº 13.257, de 2016).

§ 3º Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário. (Lei nº 13.257, de 2016)

Essas leis dão suporte à criança e ao adolescente, com intuito de combater a discriminação e a segregação, dando assistência ao educador que trabalha com Educação Especial dando direito a receber formação específica para exercer suas funções educativas adequadamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- (LDB) também conhecida como Lei Darcy Ribeiro traz as diretrizes gerais da educação brasileira, seja ela pública ou privada.

De acordo com a LDB no Art. 58 (1996)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Durou bastante tempo o entendimento de que a Educação Especial, trilhada de forma paralela à Educação Regular, seria o modo mais coerente para o atendimento dos alunos que tinham alguma deficiência. Essa visão trouxe um impacto que durou bastante tempo dentro da história da Educação Especial, trazendo resultados e práticas que enfatizavam os modos pautados na deficiência em contrário à sua grandeza pedagógica.

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca anuncia que as escolas regulares com aspectos inclusivos estabelecem os meios mais eficazes de condenar modos discriminatórios e que alunos com necessidades especiais precisam dar ingresso à escola regular, tendo como princípio norteador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

Estamos em um momento de transição em direção à educação inclusiva e, toda e qualquer precipitação poderá ser muito perigosa, pois a nossa realidade tem mostrado que muitas das nossas escolas necessitam de melhor preparação em todas as áreas, para melhor atender os alunos com necessidades educacionais especiais. É muito importante e legítimo, debatermos sobre o nosso ofício, e ao mesmo tempo, temos o dever de atender com qualidade.

2.2 O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

As manifestações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais surgiram somente a partir de meados do século XX, visto que anteriormente, o ensino para esse público era ministrado em classes especiais para jovens e crianças que não poderiam ter acesso à escola regular, pois tinham-se o entendimento de que eles não obteriam êxito no processo educacional. Nesse sentido, tornou-se a educação especial um sistema paralelo ao ensino regular. (MENDES, 2006)

Com o objetivo de apoio as pessoas com deficiência, a Declaração Mundial de Educação para todos divulgada em 1990 foi de grande estímulo para a literatura no que se diz respeito à Inclusão escolar. (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN – 1990)

Ter a oportunidade de ser incluído nas instituições de modo adequado e produtivo é um dilema bastante complexo, levando em consideração à realidade nos dias de hoje. Incluir não é apenas colocar alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, trata-se de um processo necessário no que se diz respeito a seu direito aclamado desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) reafirmando um direito de igualdade entre os homens, conforme manifestado no artigo a seguir:

Artigo I - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (ONU, 1948).

A verdade é que, historicamente as pessoas com necessidades especiais foram negadas a esse direito, ficando às margens da sociedade, da escola e até tantos outros espaços. Com o passar dos anos as Instituições foram obrigadas a receber pessoas com deficiência sob força da lei. No entanto, não estando preparadas, muitas vezes, estruturalmente e pedagogicamente, as pessoas acabavam sendo inseridas, mas não assistidas dentro do processo educacional, gerando a “Inclusão Excludente”, processo ao qual não há um trabalho pedagógico voltado para inclusão, apenas a presença do aluno sem uma interação adequada, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem. (CAVACO, 2009)

Não é necessário um esquema complexo para aplicar ideias pedagógicas, nosso dia a dia é repleto de coisas simples, porem, fundamentais, quanto mais

associarmos coisas simples, porem significativas tornaremos a experiência do aprendizado mais proveitosa. Na verdade não podemos incluir sem trazer o contexto que esta inserida determinada criança, jovem, adulto... ou seja, sua leitura de mundo (FREIRE, 2006)

A formação do Educador torna-se essencial no processo de Inclusão, ou melhor, conhecer para incluir adequadamente, pois o domínio da politica nacional de Educação Especial é fundamental nesse processo, suas diretrizes especificas e aplicações.

A atividade docente requer cuidados especiais, pois o ser humano é algo bastante complexo, porem fabuloso. A capacidade de aprender de uma pessoa com necessidades especiais é imensa, porem, requer um bom planejamento e uma serie de saberes prévios do mediador.

O professor como norteador do conhecimento tem como obrigação, conhecer bem seus alunos, e para conhecer tem que se aproximar deles, conhecer seus desejos e interesses, fortalecer o elo de confiança, do professor aluno, aluno professor. Pois ajudara bastante no decorrer de todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, com necessidades especiais ou não.

Se tratando do processo pedagógico o educador devera tomar alguns cuidados no sentido de partir da necessidade do aluno, e antes procurar entender bem sua realidade para então intervir, sempre encarando o fato e promovendo meios para facilitar a aprendizagem, e nunca duvidar da capacidade de cada aluno, sempre enxergar como um ser capaz de aprender e se desenvolver, como uma criança típica.

Desenvolver atividades para pessoas com deficiência é algo desafiador, e para superar esse obstáculo, o professor deve estar preparado para eliminar qualquer desconforto gerado pelo desconhecimento. Não se consegue nada sem esforço, o docente além de um bom pesquisador, deve se especializar para saber onde esta pisando, e com isso construir novos conhecimentos. Sobre esse assunto Cavaco (2009, p. 61) ressalta,

Um educador que investe na sua formação a nível pessoal, que se conhece, conseguirá certamente exteriorizar, de forma mais coerente e eficaz, os seus valores, crenças, conhecimentos de um modo mais contextualizado, dominando as situações a que é exposto, com mais segurança e domínio dos problemas, sem stress e sem medo de intervir (CAVACO, 2009, p. 61).

É importante que o educador esteja sempre disponível para melhorar sua prática pedagógica, buscando a formação continuada, e apostando no seu autodesenvolvimento, pois essas são ferramentas essenciais para uma educação inclusiva.

Em sala de aula o professor exerce total autoridade e autonomia, para desenvolver atividades pertinentes a seus alunos, porém, o professor deve atentar para a grande possibilidade de uma sala de aula não homogênea, pois cada indivíduo tem suas características próprias para o aprendizado, e cabe ao professor desenvolver atividades pedagógicas que atendam de forma clara e objetiva, os alunos típicos e os educandos com deficiência.

O educador não deve ser um mero transmissor de conhecimento, deve despertar no aluno a vontade de aprender. Necessita ser um facilitador da aprendizagem, buscando meios para se reinventar e proporcionar o caminho do saber e do desenvolvimento. (PAULO FREIRE, 2007)

Quando se fala em alunos com deficiência, não se quer dizer alunos incapazes, muito pelo contrário, é tarefa do professor, incluir esses alunos de forma acolhedora e carinhosa, sem distinção de raça, cor, deficiência, gênero ou etnia. Nesse sentido, a escola deve proporcionar indistintamente meios de acesso à educação para todos os públicos, sem gerar qualquer tipo de preconceito.

Seria hipocrisia negar os obstáculos impostos pela deficiência, no entanto, é possível mediar um ensino de qualidade, que leve à superação das deficiências, através da utilização de recursos pedagógicos diferenciados.

O desconhecimento dos professores gera uma “inclusão excludente”, pois incluir no ambiente escolar um aluno com deficiência e não dar condições a ele para aprender, não pode ser chamado de inclusão, talvez tão somente de integração, gerando, portanto essa exclusão. Requer dos professores e das Instituições trabalhar incondicionalmente, para que isso não ocorra.

A inclusão escolar não é um simples processo ao qual aconteça simplificada, ela deve ser encarada como desafio, sobre tudo, pelo fato de que poucas escolas estão preparadas para receber alunos com deficiência, seja pela qualificação dos professores ou pela má administração da escola, ou pelo simples fator estrutural. É fundamental trabalhar com a inclusão, porém, muitas barreiras precisam ser superadas, desde a questão da avaliação a políticas e práticas pedagógicas adequadas para esse público em especial.

3 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE ESTÁGIO

A seguir estão expostas as vivências dos estágios nas instituições, tratando com detalhes as experiências vivenciadas pelo pesquisador. Todas as experiências estão descritas resumidamente. Trazendo a caracterização da Instituição, atividades e seus profissionais, e as deficiências observadas durante o estágio.

3.1 INSTITUTO PESTALOZZI

A Pestalozzi oferece atendimento a pessoas com Deficiência Intelectual, Autismo, Síndrome de Down, Asperg, Moebius, West, Deficiência Física, Auditiva, Visual e Múltiplas Deficiências, sem limite de idade, através da habilitação e/ou reabilitação, esporte e cultura.

A Pestalozzi auxilia pessoas com deficiências por meio de atendimento profissional de psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, pedagogos e educadores físicos. Atualmente, 22 profissionais atuam na instituição, além de 16 funcionários, que exercem as mais diferentes atividades.

Desde 2010, a instituição começou a atender crianças com autismo e atualmente já são 18 autistas acompanhados pelos profissionais da Pestalozzi. A Assistente Social do Instituto acredita que a procura de pessoas com autismo aumentou após a grande divulgação na mídia

“O autismo é uma patologia difícil de identificar e pela falta de informação os pais acabavam demorando muito para procurar o atendimento adequado para os filhos. Agora com o tema sendo abordado em novelas, programas, jornais, as pessoas têm ficado mais atentas, o que é muito positivo para os autistas”(STC).

A Instituição recebe verbas do Brasil Alfabetizado e do (Sistema Único de Saúde) SUS, para contribuir com o funcionamento da mesma e traçar melhorias. No turno da tarde e dia do estágio, o qual o mesmo era apenas uma vez por semana, eram atendidos alunos de 17 até 55 anos, divididos em duas salas, a sala A e a B, na sala

A, a professora é responsável por 15 (quinze) alunos com maior comprometimento físico, intelectual e motor. E na sala B, existiam 18 alunos conduzidos por outra professora. Estes demonstravam um menor comprometimento. Foi possível observar que são aplicadas atividades distintas para cada deficiência e grau de comprometimento, e que os alunos com síndrome de Down, são muito carinhosos e prestativos uns com os outros.

No Instituto, os alunos disponibilizam de atendimento fonoaudiólogo, fisioterapêutico, e assistente social. E a Pestalozzi tem como missão devolver com esses alunos uma melhor qualidade de vida, para uma melhor reinserção na sociedade de uma forma integral e inclusiva.

ATIVIDADES

IMAGEM 1



FONTE: ARQUIVO PESSOAL, 2017

IMAGEM 2



FONTE: ARQUIVO PESSOAL, 2017

IMAGEM 3



FONTE: ARQUIVO PESSOAL, 2017

Na Pestalozzi foram desenvolvidas várias atividades, dentre essas destaco quatro, que de modo geral resumem a experiência de estágio. Coordenei um boliche com os pés, descrito nas imagens, um, dois e três, com o intuito de estimular o equilíbrio e a coordenação. Organizei a turma em três grupos e apliquei a atividade, em seguida foi organizado um circuito com o intuito de trabalhar a questão da lateralidade, envolvendo cones enfileirados, uma bola e uma trave com goleiro, atividade que causou bastante empolgação e envolvimento do grupo. O objetivo era passar a bola pelos cones sem derrubar, e no final chutar para o gol.

Na terceira atividade, recebemos a ajuda dos companheiros de estágio, e criamos uma caixa especial, com abertura de tecido, dentro encontravam-se vários objetos. O objetivo era adivinhar qual objeto estava na caixa apenas com o tato, estimulando ainda mais esse sentido, e ampliando o repertório dos alunos.

ATIVIDADES

IMAGEM 1



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 2



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 3



Fonte: arquivo pessoal, 2017

Na quarta, atividade foram colocados vários objetos da dia a dia como bolsa, lápis, livros... Etc., e do lado, várias figuras geométricas, com semelhança nesses objetos, com o objetivo de trabalhar as formas geométricas no cotidiano. Foram levantadas inúmeras possibilidades, despertando ainda mais o interesse pelas formas geométricas.

É de grande importância que o educador perceba como seu aluno se desenvolve nas atividades propostas, pois sua análise é fundamental para o decorrer do processo de aprendizagem.

Tomamos como exemplo, um aluno que tenha boa coordenação motora, uma boa noção de espaço, seja alfabetizado, e esteja dentro do espectro autista com pouco comprometimento, mas não saiba utilizar, por exemplo, o uso dos pronomes adequadamente, nessa perspectiva entra em ação a criatividade e o saber pedagógico do educador, elaborando, por exemplo, um quebra cabeça, onde as

peças só se encaixem e formem as frases corretas quando estiverem de acordo com os encaixes.

Essa atitude responde a indagação colocada anteriormente: como as práticas pedagógicas contribuem no processo de aprendizagem na educação especial? Contribuem de maneira criativa, somada a uma habilidade já adquirida, servindo como suporte para a obtenção de determinado conhecimento. Esse saber pedagógico contribui diretamente no desenvolvimento do aluno na educação especial e na escola regular.

ATIVIDADES

IMAGEM 1



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 2



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 3



Fonte: arquivo pessoal, 2017

Ter a oportunidade de conviver com várias pessoas que vivem deficiências distintas, me fez amadurecer como pessoa e como profissional. Vivenciei várias práticas pedagógicas, e ter o privilégio de analisar e acompanhar cada uma delas, foi bastante significativo, e gratificante perceber como é bom poder ensinar a pessoas tão especiais de sorriso farto, é uma alegria fora do comum.

A euforia tomava conta quando se aproximava a hora da educação física, os meninos pegavam na minha mão e me dirigiam ao campo, para participar com eles das atividades. Foi possível perceber o quanto aquele ambiente era querido por todos, e a falta de mobilidade das articulações e os movimentos limitados de alguns, não pareciam incomodar, muito pelo contrario, revezavam em todas as posições

possíveis e organizavam o equilíbrio do jogo e a distribuição do time, de uma forma a ficar sempre equilibrado. Portanto, aprendi mais do que ensinei, e hoje entendo um pouco mais desse mundo paralelo, e só tenho a agradecer por essa oportunidade única na minha vida.

3.2 INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAIBA

O Instituto dos Cegos está localizado na Avenida Santa Catarina, Nº 396 no Bairro dos Estados, município de João Pessoa – PB. Foi fundado em 16 de Maio de 1944 por Adalgisa Cunha. Com objetivo de atender as pessoas com deficiência visual, cegos e com baixa visão, tornando o atendimento especializado na área mais acessível, minimizando na medida do possível seus eventuais obstáculos.

O objetivo do atendimento educacional especializado está voltado para a identificação, elaboração, e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras que dificultam a plena participação do aluno nas atividades escolares, e do seu cotidiano. Essas atividades realizadas nesse atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula regular e não tem a finalidade de substituí-las, pois agem como complemento para desenvolver ainda mais suas atividades na sala regular. No caso das pessoas cegas, esse atendimento é feito de acordo com suas necessidades.

A Instituição tem como função social promover o aluno mediando o acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir desse, a produção de novos conhecimentos, favorecendo a formação de um homem consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

O olhar a respeito da Inclusão escolar na instituição me fez refletir sobre todo o processo de aprendizagem do Instituto dos cegos, pois, alguns professores, não tem a sensibilidade de acolher essas pessoas com necessidades especiais, no sentido de saber exatamente o que fazer, e como fazer um trabalho significativo para que o educando aprenda.

Nesse sentido, parafraseando as palavras de Vygotsky e Freire, é fundamental que o professor no decorrer de sua formação, tenha o conhecimento do processo de aprendizagem e o desenvolvimento da criança, para daí por diante, saber identificar, durante sua prática, a relação entre o método de aprendizagem e o

desenvolvimento do ser humano, para somente depois construir significativamente uma educação formadora. No caso, uma educação formadora é bastante significativa para as pessoas com deficiência visual, vindo contribuir para sua autonomia e crescimento intelectual e social, buscando com atividades que especificam uma reintegração, nos casos da perda de visão mais tardia, explorando os outros sentidos.

Mediante estas colocações e observações a respeito da Instituição, é possível concluir que, o profissional que entra em uma Instituição como essas, necessita ser ético capacitado e competente, portanto, para atender as necessidades propostas no cotidiano. Visando construir dentro de suas possibilidades e conhecimentos científicos, uma postura ainda mais humanizada. Ressalta-se, contudo, a necessidade da educação continuada para todo e qualquer profissional da área de educação.

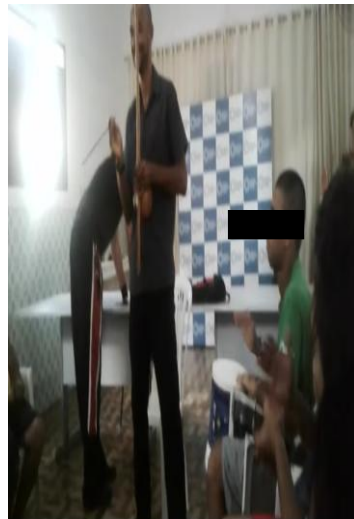
ATIVIDADES

IMAGEM 1



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 2



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 3



Fonte: arquivo pessoal, 2017

No Instituto dos Cegos da Paraíba, foram desenvolvidas atividades com instrumentos musicais, descrito nas imagens, 1, 2, e 3, através do som é do tato, identificando ritmos e estilos instrumentais, acompanhamento do sistema Braille com o professor da Instituição, e participação das atividades no laboratório para

reabilitação de pessoas cegas e com baixa visão, realizando atividades do dia-dia e reconhecimento de percurso com o uso de bengala.

Desde muito pequenas as crianças demonstram bastante interesse por sons e ritmos musicais, reproduzindo ruídos com a boca acompanhados de movimentos corporais. E à medida que ganham maturidade, e se desenvolvem, entram em contato com a música e os sons musicais de forma mais harmoniosa, esse contato se dá pela curiosidade, ou simplesmente com a ajuda de um profissional, trazendo benefícios importantes na comunicação, linguagem, ritmo e melodia.

Esses estímulos não são diferentes na Educação Especial, pois, quando os alunos com Necessidades Educacionais Especiais – (NEES) se envolverem com atividades musicais, automaticamente reforçam sua sensibilidade e, provocam reações de cordialidade e entusiasmo, prendendo sua atenção e estimulando sua vontade, melhorando sua acuidade auditiva, amplia sua coordenação, viso-motora, sua capacidade de raciocínio, expressão corporal e oral, ampliando sua relação com o meio em que vivem. Nesse sentido, de acordo com Alencar.

A música é uma excelente forma de trabalho escolar porque, além de ser utilizada como terapia psíquica para o desenvolvimento cognitivo, é uma forma de transmitir ideias e informações, fazendo parte da comunicação social (ALENCAR, 2010, 31)

Quanto mais oportunidades na comparação de ações executadas e sensações obtidas, tendo como estímulo principal a música, maior será seu ganho em conhecimento, em virtude do grande potencial que a música traz, pois é composta de som, ritmo e melodia, trazendo grandes benefícios principalmente ao deficiente visual que tem sua audição aguçada com a perda da visão. O ser humano tem contato com o mundo exterior através dos sentidos e o grau de ampliação e aptidão da percepção de cada sentido é característico de cada pessoa (SANTA ROSA, 1990, p. 24). Nessa perspectiva, cada pessoa tem seu nível de desenvolvimento e percepção, devendo ser respeitado e bastante estimulado pelo professor, ampliando a percepção de cada sentido através dos estímulos promovidos através dos instrumentos musicais e da música.

3.3 ESCOLA ESTADUAL DAVID TRINDADE

A Escola Municipal de Ensino Fundamental David Trindade, está localizada na Rua José Mendonça de Araújo, 88, Mangabeira, João Pessoa – PB. Foi fundada em 04 de março de 1984. A escola tem como objetivo preparar o aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe a eles um instrumental para participação organizada e crítica na sociedade. Está inserida na comunidade de famílias, na sua maioria formada por operários e funcionários públicos.

A Escola encontra-se no 28º anos de funcionamento com uma média de 820 matriculados, distribuídos em 14 salas de aulas nos 3 turnos, do 1º ao 9º da educação infantil, ao 9º ano de ensino e EJA. Conta com conselho escolar, banda marcial, laboratório de informática, laboratório de ciências e matemática, sala de dança, sala de multimídia, ginásio poliesportivo, biblioteca e sala de recursos multifuncionais. A Escola abraça Programas como: Escola Aberta, Mais Educação e Ação Brasil, dentre outros.

As observações e intervenções foram realizadas na escola de maneira geral, procurando identificar o funcionamento da escola e a acessibilidade para receber as crianças com deficiência, observando também, todo corpo docente que compõe a escola David Trindade. Tais práticas de observações e intervenções tiveram como foco principal a sala do AEE, onde a professora atende 12 crianças de forma individualizada e em diferentes turnos, ou melhor, turnos opostos às aulas. Cada atendimento dura em torno de 40 minutos, e são feitos atendimentos com crianças que possui laudo médico e as crianças que apresentam dificuldades em sala de aula, porém não tem laudo. Logo, foram feitas observações no trabalho desenvolvido pela professora, os recursos utilizados e a disponibilidade do mesmo e as necessidades das crianças. No entanto, foi desenvolvido um (Plano de Desenvolvimento Individual), PDI, a partir das dificuldades apresentadas pelo aluno.

Os resultados do estágio supervisionado foram satisfatórios, pois tive a oportunidade de relacionar a teoria com a prática diante das necessidades apresentadas pelo o aluno. Ficando claro que para ser um bom profissional é necessária sobremaneira uma boa formação. E que esta seja contínua, em que o educador procure sempre pesquisar, buscar novos meios de trabalhos, criando e recriando sua metodologia em sala de aula, procurando possibilitar aos alunos uma aprendizagem prazerosa e significativa.

ATIVIDADES

IMAGEM 1



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 2



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 3



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 4



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 5



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 6



Fonte: arquivo pessoal, 2017

Na Escola David Trindade, o trabalho foi desenvolvido com um aluno autista de 8 anos, descrito nas imagens de 1 a 6, na sala de (Atendimento Educacional Especializado) AEE. Foi desenvolvida uma atividade de pintura usando tinta guache, e células numéricas vazadas de 1 a 10, juntamente com prendedores de roupa. O objetivo desta atividade é trabalhar à coordenação motora fina, através da pintura, e desenvolver a fala e a capacidade de associação da quantidade numérica com o número de prendedor na célula numerada.

Neste estágio, tivemos a oportunidade de utilizar recursos eletrônicos, como jogos e software, para otimizar a aprendizagem de objetos, cores, e formas, interagindo com o jogo de forma dinâmica e bem divertida.

Essa experiência foi bastante proveitosa, pois através de um profissional devidamente qualificado, com uma gama de conhecimentos na área, ouvi conselhos, sugestões pedagógicas, e um breve levantamento sobre a saúde física e intelectual dos alunos. Através de um questionário, a psicóloga acompanhava todos os alunos por ela assistidos e através das informações da família, traçava um planejamento para cada aluno, registrando todos os passos deste processo, em uma espécie de prontuário.

Durante quatro semanas, foi possível acompanhar, elaborar e aplicar atividades inspiradas por essas anamneses, e que já foram citadas anteriormente, pois o estágio supervisionado me deu a oportunidade de agregar novos conhecimentos proeminentes da sala de recursos multifuncionais, e do estágio como um todo.

Desenvolver atividades pedagógicas para crianças com necessidades especiais é tarefa fundamental, no desenvolvimento destas crianças, e na perspectiva de sua inclusão, mas para isso, o professor como mediador deste processo, deve estar a par, tanto da necessidade da interação com os outros alunos, quanto dos recursos utilizados. E o estágio supervisionado ajuda bastante nesta tarefa de construção do saber pedagógico. Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.11).

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo um bom nível de educação para todos, através dos currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as várias comunidades.

Nesse sentido, tanto a comunidade, quanto a preparação do professor com um currículo adequado, contribuirá bastante com todo esse processo educativo. Mas para isso, o planejamento é fundamental, incluindo bastante diálogo e um longo processo de reflexão, pois, cada criança tem o direito à educação e deve ter a chance de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, com normas de educação bem planejadas e profissionais bem qualificados, para atender com qualidade.

Trabalhar na Educação Especial é um grande desafio, pois são inúmeras as possibilidades de aprendizagem, exigindo maior criatividade, desenvoltura,

sensibilidade perante as necessidades dos alunos, uma visão mais aprofundada sobre as deficiências, para o desenvolvimento de planos específicos, para cada caso em especial, com a finalidade de oferecer condições para execução das atividades propostas e consecutivamente promover aprendizagem.

Como profissional da educação, devemos nos atualizar, pesquisar bastante para entender como nosso aluno aprende, isso vale para todas as deficiências, após esse estudo, podemos elaborar um conjunto de atividades pedagógicas funcionais, isto é, a qual os alunos encontrem sentido para aprender. Um bom caminho para iniciar estas tarefas são atividades do nosso cotidiano em sintonia com os familiares, cada etapa superada demanda uma nova, nesse caminho o que é mais importante aprender deverá ser privilegiado para outorgar autonomia. Ainda que o aluno não aprenda o que se está ensinando, ele estará sempre trabalhando a intenção, a cognição, a comunicação os movimentos necessários à realização das atividades dentre outras habilidades.

3.4 AMIGOS DO AUTISTA DA PARAIBA (AMA/PB)

A Associação de Pais e Amigos do Autista da Paraíba – (AMA/PB). É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 2004. Atualmente funciona na Rua: Pedro Ramos Coutinho Nº 17 Jardim 13 de Maio, João Pessoa – PB. Tendo como objetivo a atuação e o compromisso com a inclusão e autonomia dos alunos autistas. E a partir desses pontos, entender como é feito o desenrolar do acompanhamento pedagógico dos alunos em virtude de suas necessidades. A instituição é sustentada pelos pais e doações.

A AMA oferece assistência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, como atendimento único exclusivo. Disponibilizando de uma boa infraestrutura para desenvolver de suas atividades pedagógicas, voltadas para o público autista. Sua missão é oferecer um atendimento que estimule a autonomia do aluno para mobilidade, e atividades sociais cotidianas, ampliando o uso de recursos pessoais e igualitários, na qualidade de vida e na comunicação. Ou melhor, procuram entender como a pessoa com autismo pensa, vive, aprende e responde ao ambiente que a cerca, com intuito de promover aprendizagem com independência, autonomia e funcionalidade.

A coordenadora da associação ressaltou que o autismo é um transtorno do desenvolvimento, uma desorganização neurobiológica que faz com que o cérebro receba os estímulos e os organize de forma desestruturada necessitando de estruturas pedagógicas, das mais variadas possíveis, para tentar interpretar esses estímulos e transformá-los em comunicação. Para atingir esses objetivos a (AMA) trabalha com a Análise do Comportamento Aplicada. – (ABA) esse recurso favorece o atendimento do autista, de forma ampla e sistematizada. A Instituição ainda conta com atividades de natação, música, pilates, e educação física.

Desde 2004 a instituição começou a atender pessoas com autismo e atualmente já são 31 autistas, acompanhados pelos profissionais da AMA. Dentre esses profissionais a professora de educação física faz trabalhos na piscina e na academia, e 14 profissionais divididos por turno, incluindo o porteiro. A AMA é dividida em 7 salas de aula com o mesmo modelo de organização, contendo, mesa de trabalho, estante de atividades e local de descanso.

Com o desenrolar do estágio e a orientação da professora de sala, pude perceber que trabalhar atividades para crianças no espectro autista, é algo bastante desafiador, pois o processo de aprendizagem do aluno autista é lento, e na sua maioria, apresentam muitas dificuldades na atenção, comunicação, habilidades sociais, habilidade para brincar, dificuldades de aprender pela observação do outro, comportamento inadequado em diversas situações diante de tantas dificuldades, surge um método bastante eficiente utilizado na AMA e comprovado cientificamente, “A Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis; abreviando: ABA) é um termo advindo do campo científico do Behaviorismo, que observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem. Uma vez que um comportamento é analisado, um plano de ação pode ser implementado para modificar aquele comportamento. O Behaviorismo concentra-se na análise objetiva do comportamento observável e mensurável em oposição, por exemplo, à abordagem psicanalítica, que assume que muito do nosso comportamento deve-se a processos inconscientes” (AJUDE-NOS A APRENDER Manual de Treinamento em ABA, p, 4)

As atividades propostas são desenvolvidas de acordo com essa ciência, o programa é não aversivo, ou seja, rejeita punições, está centrado no reforço do comportamento desejado, ou seja, o aluno realiza uma tarefa passada pelo professor, após realização da tarefa, o aluno é reforçado com algo que ele queira

muito, podendo ser qualquer coisa do interesse do aluno, como tablete, uma bola, ou alguma guloseima. Esse processo é denominado como, “Condicionamento Operante, que é o que usamos atualmente para mudar ou modificar comportamentos e ajudar na aprendizagem. Condicionamento Operante significa que um comportamento seguido por um estímulo reforçador resulta em uma probabilidade aumentada de que aquele comportamento ocorra no futuro”. (SKINNER, 1938).

ATIVIDADES

IMAGEM 1



Fonte: arquivo pessoal, 2017

IMAGEM 2



Fonte: arquivo pessoal, 2017

Nessa perspectiva e com o apoio da assessoria da AMA, foi desenvolvido um cofre com moedas de um real, como mostram as imagens 1 e 2, cujo objetivo é presentear com uma moeda cada acerto do aluno, cujo programa estava sendo aplicado, às perguntas eram feitas dentro de vários contextos, trabalhando a oralidade, noção de distancia, perto, longe, e percepção visual, dentro, fora, atividades funcionais como, por exemplo, ligar o computador, abrir o Word, digitar um pequeno texto e imprimir, com isso, estimular ainda mais a troca, após 9 tentativas assertivas, mudando sempre os estímulos.

Após o acerto de todas as perguntas, o aluno ganha seu tão esperado reforço, retirando a cédula de R\$50,00 (cinquenta reais), fictícia, e entregando ao professor como moeda de troca, promovendo dentro desse contexto, aprendizagens

distintas e funcionais, através do estímulo do acerto e do reforço. Esse processo é realizado como atividade complementar nos alunos da AMA, sendo acompanhadas periodicamente, pela coordenadora, e pelo grupo de assessoria da Instituição.

4 VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo para construção do conhecimento é permeado por lutas e conflitos, maneiras de ser e estar na carreira acadêmica, por meio desse processo se constitui o profissional de Pedagogia, tendo como legado contribuir sistematicamente articulando saberes para promover autonomia.

A função do professor é muito mais que ensinar ou passar conhecimento. Cabe a ele participar de todo o processo de ensino e aprendizagem do sujeito. Logo, a busca pela essência é complexa, e referente à docência é necessário à articulação entre os saberes diversificados, como os disciplinares pedagógicos, curriculares e os que são adquiridos com a experiência do dia a dia. Como afirma Libâneo (1999, p. 30-31).

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educacionais, atendendo as demandas sociais educativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças no ritmo de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo.

Essa possibilidade de atuar em vários campos educacionais mostra o quanto esse profissional é importante, não sendo diferente na Educação Especial, cenário em que as barreiras são ainda maiores e, necessitam ainda mais, de novas ideias e orientação psicopedagógica.

Ter a oportunidade de conhecer várias Instituições e desenvolver atividades é algo bastante gratificante e desafiador, sobretudo no que se diz respeito à Educação Especial e Escola regular.

A diversidade humana é algo bastante pontual e está totalmente envolvida em todos os processos, acadêmicos ou não, levando uma dose extra de complexidade, porém, servindo como combustível para criar e recriar meios de promover aprendizagem.

Em se tratando das vivências nas Instituições, foi possível perceber realidades totalmente opostas, questões de estrutura, conforto, se comparados as Instituições públicas com privadas, interferindo indiretamente na qualidade do serviço prestado a alunos mais carentes. A ausência de infraestrutura adequada e o interesse de alguns profissionais era gritante, porém, a alegria dos grupos era contagiante.

Várias atividades foram desenvolvidas de acordo com as necessidades dos alunos, envolvendo desde a coordenação motora fina, lateralidade, estímulos de interação social até formas geométricas, todas pensadas previamente e colocadas em prática, necessitando algumas vezes de correções e ajustes, mas com muito esforço, foram aplicadas e supervisionadas pela professora de Estágio, que atentamente assistia e às vezes, realizava intervenções, se julga-se necessário.

Foi possível participar de aulas de música, interagindo na condição de estagiário, tocando percussão, e birimbau, nesse momento, percebi como a música proporciona uma espécie de êxtase, nos alunos, com deficiência visual, autismo etc. A música é percebida de várias maneiras, nos deficientes visuais o tato e a audição aguçada propiciam essa percepção. O trabalho com música e artes explora a disposição postural, lateralidade, respiração, ritmo e coordenação.

Dentre as experiências de estágio, algo me chamou bastante atenção, foi a habilidade de um aluno autista em desenhar, em dado momento da aula de artes plásticas, a professora fez um convite para um aluno se dirigir ao quadro e desenhar, sem perder tempo, esse aluno fez dois desenhos em questão de minutos, ficando perfeitos, sem qualquer imperfeição, em sua simetria, comprovando que sua limitação não o interferiu em nada na sua capacidade de desenhar.

Trabalhar com vários tipos de deficiência me fez refletir o quanto magnífico é o ser humano, pois apesar de todas as dificuldades é capaz de sorrir, e encarar a realidade, mostrando que a vida é maior que suas limitações.

4.1 O DESAFIO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O professor da educação especial no exercício de suas competências passa por um processo exigente de elaboração mental, esse fato está ligado a problemas presentes no que diz respeito à criação de novos estímulos que proporcionem uma adequada aprendizagem, em muitas ocasiões, as situações criadas não atendem as necessidades dos estudantes, por o simples fato de estarem pedindo algo a mais do que o nível cognitivo do educando, ou simplesmente algo inferior a sua capacidade.

O reconhecimento de uma aptidão não passa apenas pela identificação de situações a serem controladas, de dificuldades a serem resolvidas de determinações a serem tomadas, mas também pela explicitação dos conhecimentos, dos planos de pensamentos e das orientações morais imprescindíveis.

Trabalhar com educação especial é uma tarefa desafiadora, pois o professor antes de tudo terá de conhecer bem como funciona o processo de aprendizagem das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em virtude de suas limitações, tendo a sensibilidade de respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno, além de sua deficiência. A realidade contemporânea exige pessoas cada vez mais qualificadas para lidar com esse público em especial, e o papel da escola como instituição de ensino é dar suporte ao educador havendo necessidade de educação continuada, e também uma maior flexibilidade do currículo direcionando o foco para a aprendizagem, evitando o ensino segregado.

A educação especial necessita de recursos pedagógicos exclusivos para realização do processo de ensino aprendizagem, proporcionando suporte necessário para cada aluno, essa visão é levantada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) que definem as recomendações para a atuação pedagógica do professor especialista, compreendendo que:

O professor da educação especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/ etapa da educação básica, para que o aluno tenha acesso ao currículo da base nacional comum. (BRASIL, 2001, p. 53)

Segundo Goffredo (1992) e Damião (2000), existem alguns problemas na formação e característica dos professores, o despreparo dos docentes do sistema regular para receber esses alunos nas salas de aula, os problemas de aprendizagem, avaliação, e descontinuidade de programas, os baixos salários da categoria e a falta de infraestrutura das escolas.

As mudanças curriculares são fundamentais para que o espaço escolar promova a participação do alunado. “O foco passa a ser a aprendizagem, ou seja, o que cada aluno, diante das condições adequadas de ensino que foram oferecidas, conseguiu aprender” (POKER, 2008, p. 168). Almeida e Martins (2009, p. 17) fazem referência que:

Acreditamos que as boas práticas pedagógicas sejam apropriadas a todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais. (...) em alguns momentos e contextos, esses alunos podem

precisar de flexibilizações mais significativas ou de atendimentos mais específicos. Um currículo, que tenha como princípio a diferença e deverá considerar todas essas situações e vivências.

Com essa visão de flexibilização do currículo, é possível suprir suas necessidades, com intuito de adaptar uma metodologia, potencializando suas condições de evolução e consecutivamente, contribuindo bastante no processo de aprendizagem, buscando sempre o apoio da Instituição.

4.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO FOCO PRINCIPAL DE VIVÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O processo de estágio me fez refletir sobre o quanto é importante vivenciar essa experiência para formação acadêmica, e aperfeiçoamento das atividades pedagógicas para alunos com deficiência Segundo (PIMENTA 2004, p.120)

O estágio tem por objetivo, preparar o estagiário para a realização de atividades na escola, com os professores nas salas de aula, bem como para a análise, avaliações e críticas.

Nesse sentido, o estagiário deve estar verdadeiramente envolvido com todo o processo de estágio e analisar com bastante cautela seus alunos, procurando atender suas necessidades no âmbito educacional.

Não podemos incluir sem trazer a realidade do aluno para sala de aula, sua leitura de mundo por mais abstrata que seja. Essa leitura de mundo, como afirma FREIRE, precede a leitura da palavra.

Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais (FREIRE, 2008, p. 15).

Isso significa que Paulo Freire propõe a alfabetização de acordo com suas vivências e seu conhecimento de mundo, à medida que ele compreendia o que estava acontecendo em sua volta. Seja na Educação Especial ou no ensino regular, o educador devesse partir para esse caminho, tendo em vista sua formação acadêmica, e seu olhar pedagógico.

Aprendemos por associações e, o educador é o profissional responsável por articular esse processo, conduzindo, inovando, partindo sempre da análise cautelosa dos alunos, e com isso conhecer quais canais de comunicação se apresentam mais receptivos a uma estimulação, pois algumas crianças respondem melhor a estímulos visuais, outras a estímulos táteis, auditivos... etc., com essa visão, podemos organizar a programação Psicopedagógica a ser seguida com intuito de dar condições adequadas de aprendizagem seja na Educação Especial ou não, lembrando sempre da visão de mundo do aluno, ou melhor sua realidade.

4.3 ANÁLISE REFLEXIVA DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Foi possível interagir com vários alunos e desenvolver atividades pedagógicas voltadas para cada realidade encontrada. Em virtude disso, pude observar como cada intervenção pedagógica contribuiu no processo de aprendizagem, e em algumas vezes, esse processo pedagógico é reconstruído buscando sempre novos avanços.

Nos primeiros dias, procurei entender como cada aluno se comportava, para daí por diante, desenvolver atividades que possam ajudá-los a se conhecer e a aprender. Fiz uma reflexão e comecei a articular a teoria com a prática, proporcionando novos cenários de aprendizagem e suprindo na medida do possível os conteúdos propostos. Desta forma, o estágio foi muito importante nesse processo, pois proporcionou uma oportunidade especial, trazendo uma grande contribuição no meu processo de formação, e potencializando meu conhecimento nessa área.

A prática visa o primeiro contato que o futuro professor terá com o seu futuro campo de atuação. Através da observação, da participação e da regência, o licenciando poderá construir futuras ações pedagógicas (PASSERINI, 2007). O estágio possibilita ao graduando uma nova visão em relação à educação, tendo assim um melhor entendimento na prática da escola, dos alunos, dos professores e dos profissionais que fazem parte da equipe escolar.

O estágio supervisionado na educação especial é essencial para a formação profissional e social de futuros pedagogos, e ao se tratar do curso de formação de professores toda e qualquer experiência no campo educacional é significativa. Tendo como objetivo proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar seus

conhecimentos acadêmicos em situações de práticas profissionais, criando e estimulando possibilidades para ampliar o exercício de suas habilidades.

É de grande importância que o estagiário se mostre curioso, participativo e presente durante a observação e pesquisa, vindo adquirir conhecimentos no campo de estágio, unindo a teoria com a prática.

De acordo com Bianchi et al. (2005) o estágio supervisionado é uma experiência em que o aluno mostra sua criatividade, independência e caráter. Onde essa etapa proporciona ao graduando perceber se a sua escolha profissional corresponde com sua aptidão técnica. Ao ingressar no ensino superior o graduando se depara com a teoria, no entanto muitas vezes, não é fácil relacionar com a prática, portanto ressaltar a importância de vivenciar momentos reais em que será preciso analisar o cotidiano (MAFUANI, 2011).

O processo de aprendizagem necessita de uma visão ampla do educador, perante o educando, após essa visão, inúmeras atitudes devem ser tomadas, aproveitando a vivência do aluno. Esse processo requer um olhar atento do mediador, onde os direcionamentos devem ocorrer de forma regular e variável.

A interdisciplinaridade deve ser trabalhada, na medida e nas condições dos alunos, como ferramenta para promover a linguagem e suas formas de expressão. Aprendemos o que vivenciamos, e colocamos em prática, não sendo diferente na educação especial, o importante é dosar os estímulos para que a aprendizagem não seja algo imposto, tornando os momentos de aprendizagens prazerosos e significativos, para todos os grupos, com isso gradativamente o processo de aprendizagem vai tomando forma, e sentido, trazendo benefícios para ambos.

As atividades de estágio devem ser pensadas anteriormente, e desenvolvidas de acordo com cada realidade encontrada, o aluno vai aos poucos, se entrosando com a atividade proposta e dependendo dos estímulos e da capacidade psicomotora do aluno, ele vai construindo uma aprendizagem, e desenvolvendo habilidades que vão variando até atingir desempenho mais refinado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discorrido, percebi a importância do estágio para a vida profissional, pessoal e social dos graduandos, principalmente para as pessoas com deficiências que dispõem daquele ambiente, pois durante o estágio as teorias estudadas na universidade durante a formação inicial ganha sentido real como resultados parciais da pesquisa, pode-se relatar que as práticas pedagógicas contribuem diretamente no processo educacional na educação especial, mudando comportamentos e ampliando o vocabulário dos alunos. Através de recursos pedagógicos especiais voltados para inclusão, os alunos recebem suporte necessário para que tenham acesso ao currículo escolar comum, partindo do desenvolvimento de suas capacidades físicas e cognitivas.

A educação especial tem como objetivo, proporcionar ao educando a possibilidade de aprendizagem, com isso, essa modalidade de ensino é de suma importância no desenvolvimento das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva consiste na ideia de escola que não selecione pessoas em função de suas diferenças, mais sim, proporcione oportunidades iguais para todos, com o intuito de promover indivíduos autônomos. No entanto, para que ocorra o desenvolvimento do trabalho e demais projetos é necessário uma maior experiência para repensar a prática pedagógica, vindo direciona-la através de novas propostas e discussões, fazendo com que haja o envolvimento de todos que contribuem para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça no ambiente escolar.

Contribui pedagogicamente para ajudar os alunos, dividindo por grupos específicos e desenvolvendo atividades para todos. Essa tarefa foi bastante desafiadora, pois eram inúmeras particularidades e oportunidades do grupo de alunos. Ao perceber tamanha responsabilidade procurei atender de forma simplificada, com o apoio constante da professora e da coordenadora da Instituição.

É importante traçar metas e utilizar o planejamento pedagógico como ferramenta articulado com as necessidades dos alunos, e suas oportunidades. No decorrer dos estágios fui construindo minhas anotações e fui tomando nota de tudo, para que numa fase posterior, pudesse organizá-las coerentemente, inferi-las e fundamentá-las, buscando sempre contribuir com o processo de aprendizagem dos

alunos com necessidades especiais, e proporcionar autonomia aos mesmos melhorando sua qualidade de vida.

Quando se trabalha com a educação inclusiva é fundamental que haja uma sensibilização dos professores, familiares e demais colegas que convivem com as crianças e adolescentes com deficiência, inseridas nas Instituições. Logo, a educação inclusiva vem ganhando mais espaços, novas adaptações e novas perspectivas para que as escolas e Instituições possam atender a todos os alunos, se utilizando de novos métodos de ensino e diversificando os materiais utilizados, para assim promover o ensino-aprendizagem de uma forma mais prazerosa. Contudo, é fundamental que o corpo interno trabalhe em equipe, pois assim garante o acesso à inclusão social e cidadania de todos.

Portanto, é imprescindível o cumprimento das Leis que dão sustentação a inclusão, colocando em prática o que já é garantido. Para que todas as diversidades sejam respeitadas e valorizadas de acordo com suas necessidades e particularidades, contribuindo positivamente para o desenvolvimento integral do sujeito, favorecendo e reconhecendo o direito de todos, para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Apesar de verificarmos alguns avanços na legislação e nas políticas públicas muitas ações ainda precisam ser feitas para que o atendimento educacional especializado venha ser ampliado, por exemplo, à flexibilização do currículo, mais incentivo por parte do professor, e condições mínimas necessárias para que o indivíduo possa aprender satisfatoriamente.

Dedicamo-nos ao máximo nos estágios, sempre com postura profissional, seguindo a risca o protocolo, tendo sempre a visão de proporcionar aos educandos oportunidades de aprendizagem, e fui surpreendido com um convite para trabalhar na Instituição, aceitando de imediato, e hoje estou tendo a oportunidade de trabalhar na minha área, e com isso, aprofundar meus conhecimentos na Educação Especial, na Associação de pais e amigos do autista- AMA/PB, e crescendo a cada dia como profissional.

REFERÊNCIAS

(AJUDE-NOS A APRENDER **Manual de Treinamento em ABA**, p, 4) Website: www.helpuslearn.com.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, vol.3. Brasília: MEC/SEF, 1998.]

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.**

Lei nº- 8.069- ECA **Estatuto da Criança e Adolescente**.190, art. 1º e art. 2º

Lei nº- 9394/96- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 1996**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAFUAN, F. **Estágio e sua importância para a formação do universitário**. Instituto de Ensino Superior de Bauru. 2011. Disponível em: <http://WWW.iespreve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&INNoticia=1259>. Acesso em: 15 mar.2014.

SKINNER, B.F. **o comportamento dos organismos -1938.**

CAVACO, Nora. **O Profissional e a educação especial: uma abordagem sobre o autismo**. Lisboa: Editora Novembro 2009.

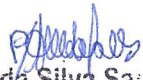
VYGOTSKY, Lev S. – **A Formação Social da Mente** – Martins Fontes- São Paulo. 5ª edição, 1994

ANEXO

TERMO DE ANUÊNCIA

A **Escola Municipal de Ensino Fundamental David Trindade** está de acordo com a execução do projeto **UM OLHAR SOBRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**: desenvolvido pelo pesquisador **José Flávio Fernandes Dos Santos**, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do CNS. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

João Pessoa, 27 de novembro de 2017


Hilda da Silva Sarmento
Diretora
Mat: 12.713-2

Nome do responsável institucional ou setorial
Cargo do Responsável pelo consentimento
Carimbo com identificação ou CNPJ

Observação: A pesquisa desenvolvida em local (is) específico (s) é imprescindível o envio do TERMO DE ANUÊNCIA, de preferência em papel timbrado. O TERMO deve estar assinado e carimbado com identificação do responsável pela autorização. Caso o local não disponha de papel timbrado, o TERMO deverá está assinado e carimbado com identificação do responsável e com o carimbo do CNPJ.

TERMO DE ANUÊNCIA

A **Associação de Pais e Amigos do Autista- AMA/PB** está de acordo com a execução do projeto **UM OLHAR SOBRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**: desenvolvido pelo pesquisador **José Flávio Fernandes Dos Santos**, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do CNS. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

João Pessoa, 24 de 11 de 2017

Leandro de Almeida A.C.S. de Almeida
Presidente da AMA-PB

CNPJ 07.135.948/0001-01
Associação de Pais e Amigos
do Autista da Paraíba
Rua Pedro Ramos Coutinho, Nº 17
Trase de Maio - CEP 58025-735
João Pessoa-Paraíba

Leandro Almeida

Nome do responsável institucional ou setorial

Cargo do Responsável pelo consentimento

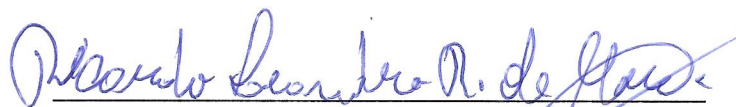
Carimbo com identificação ou CNPJ

Observação: A pesquisa desenvolvida em local (is) específico (s) é imprescindível o envio do TERMO DE ANUÊNCIA, de preferência em papel timbrado. O TERMO deve estar assinado e carimbado com identificação do responsável pela autorização. Caso o local não disponha de papel timbrado, o TERMO deverá está assinado e carimbado com identificação do responsável e com o carimbo do CNPJ.

TERMO DE ANUÊNCIA

A **Associação Pestalozzi da Paraíba – APEP** está de acordo com a execução do projeto **UM OLHAR SOBRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**: desenvolvido pelo pesquisador **José Flávio Fernandes Dos Santos**, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do CNS. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

João Pessoa, 28 de Novembro de 2017



Nome do responsável institucional ou setorial

Cargo do Responsável pelo consentimento

Carimbo com identificação ou CNPJ

Ricardo Leandro R. de Moraes
CPE: 855.185.904-82
Presidente

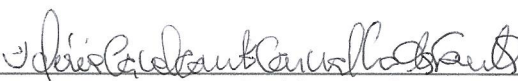
Observação: A pesquisa desenvolvida em local (is) específico (s) é imprescindível o envio do TERMO DE ANUÊNCIA, de preferência em papel timbrado. O TERMO deve estar assinado e carimbado com identificação do responsável pela autorização. Caso o local não disponha de papel timbrado, o TERMO deverá está assinado e carimbado com identificação do responsável e com o carimbo do CNPJ.

TERMO DE ANUÊNCIA

O Instituto dos Cegos da Paraíba está de acordo com a execução do projeto UM OLHAR SOBRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: desenvolvido pelo pesquisador José Flávio Fernandes Dos Santos, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do CNS. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

João Pessoa, 24 de Novembro de 2017

Instituto dos Cegos da Paraíba
Valéria Cavalcanti Carmalho Dos Santos
Vice-Presidente



Nome do responsável institucional ou setorial
Cargo do Responsável pelo consentimento
Carimbo com identificação ou CNPJ

CNPJ: 09.142.183/0001-54
Instituto dos Cegos da Paraíba
Adalgisa Cunha
Av. Santa Catarina, 396
Baixo dos Estados - CEP: 58.030-070
João Pessoa - PB

Observação: A pesquisa desenvolvida em local (is) específico (s) é imprescindível o envio do TERMO DE ANUÊNCIA, de preferência em papel timbrado. O TERMO deve estar assinado e carimbado com identificação do responsável pela autorização. Caso o local não disponha de papel timbrado, o TERMO deverá está assinado e carimbado com identificação do responsável e com o carimbo do CNPJ.